

MEMÓRIA DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFBA

PERCURSOS, DESAFIOS E RESULTADOS DE UMA PESQUISA

Risonete Batista de Souza
(Universidade Federal da Bahia)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
<p>Risonete Batista de Souza é Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, da área de Filologia Românica, e Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC), do Instituto de Letras da UFBA. Possui graduação em Letras com habilitação em Português/Inglês pela Universidade do Estado da Bahia (1991), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1997) e doutorado em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (2003). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Filologia Românica e em Literatura Medieval. É vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos Medievais - ABREM, no biênio 2021-2023. É coordenadora do GT de Estudos Clássicos e Medievais - GTECEM -, da ANPOLL, no biênio 2021-2023. É membro do Grupo de Pesquisa <i>Nova Studia Philologica</i>. E-mail: risonete@ufba.br</p>

RESUMO	ABSTRACT
<p>Este artigo tem o propósito de apresentar um panorama do andamento da pesquisa desenvolvida desde finais de 2019 e que se encontra em sua segunda fase, cujo projeto intitula-se Memória do Instituto de Letras da UFBA. O objetivo geral do projeto é apresentar uma narrativa da história do Instituto de Letras da UFBA, desde a sua criação, seu desenvolvimento, as áreas de pesquisa e de ensino focadas ao longo de sua história e sua importância para a formação de pesquisadores e docentes atuantes na área das Letras local, regional e nacionalmente. Teórica e metodologicamente, a pesquisa se caracteriza pela interdisciplinaridade, transitando nas áreas da Filologia Textual, dos acervos documentais acadêmicos, da Paleografia, da Diplomática, da História da Educação no Brasil, da Historiografia Linguística e Literária e das Humanidades Digitais, já que se pretende dar amplo acesso, através da internet, ao acervo documental classificado e analisado, bem como às edições dos mais significativos. Aqui são apresentados, resumidamente, os primeiros resultados da pesquisa bem como os problemas e desafios encontrados nestes primeiros anos.</p>	<p>This paper has the purpose to outline a panorama on research in progress, that has been developed since late 2019 and that is on its second stage, which is titled Memories of the Institute of Letters of the Federal University of Bahia. The main goal of the project is to recount a narrative of the Institute of Letters history of the Federal University of Bahia since its creation, its development, its fields of research and teaching, focusing on the course of its history, and its importance for the education of active researchers and professors in the fields of Letters locally, regionally and nationwide. With regards to theory and methodology, this research is characterized by its interdisciplinarity on the grounds of interacting with the fields of Philology, academic archives, Paleography, Diplomatics, History of Education in Brazil, Linguistic and Literary Historiography and Digital Humanities, given that it is an aim to provide free access, through the internet, to analyzed and classified archives, as well as to editions of most significance. The first findings of this research are succinctly depicted, along with the issues and challenges that this research project came across during the first years.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Acervos Documentais Acadêmicos; Filologia; Memória do Instituto de Letras da UFBA; Historiografia Linguística e Literária	Academic Archives; Philology; Memories of the Institute of Letters of UFBA; Linguistics and Literary historiography.

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa Memória do Instituto de Letras da UFBA, desenvolvido desde o final de 2019, visa resgatar dados da história dos cursos de Letras da UFBA, com o propósito de entender o processo de implantação e desenvolvimento dos primeiros cursos de graduação, de pós-graduação e de atividades de pesquisa na área de Letras na Bahia, bem como sua importância para a formação de docentes e pesquisadores atuantes na área das Letras em nosso Estado, no Nordeste e no Brasil. A história de nossos cursos desenvolve-se há mais de oito décadas e em diferentes espaços físicos e institucionais, o que torna esta pesquisa bastante complexa. No que concerne ao tempo, os cursos de Letras da UFBA remontam ao início dos anos quarenta do século passado, mais precisamente, funcionam desde 1943, ano em que a Faculdade de Filosofia da Bahia, fundada em 1941, iniciou suas atividades docentes (Galeffi, 1985, p. 109-110). Mais tarde, em 1946, a Faculdade de Filosofia passou a integrar a Universidade da Bahia, federalizada em 1950 e reestruturada em 1968, quando foi criado o Instituto de Letras.

Trata-se de uma pesquisa que se apoia, fundamentalmente, no conjunto documental acumulado nas oito décadas de existência dos cursos, preservado em diferentes espaços da universidade. Portanto, requer tempo e pessoal¹ para investigar os muitos e diversos arquivos, os vários acervos institucionais, de grupos de pesquisa e pessoais dos docentes que atuaram em nossos cursos. Para dar conta da extensão e da complexidade do *corpus*, dividimos o projeto em etapas. A primeira, desenvolvida no período de 2019 a 2022, focou-se, principalmente, no processo de implantação dos cursos de Letras na Bahia, investigando a fundação da Faculdade de Filosofia da Bahia e da Universidade da Bahia, até sua reestruturação em 1968 (Souza, 2023).

Esta primeira etapa foi impactada pela pandemia de covid, que nos impediu de acessar os arquivos físicos. Para contornar o obstáculo, investigamos os acervos disponíveis *on-line*, nos repositórios institucionais, as revistas digitais, os jornais na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, além da legislação que embasou a educação brasileira no século XX. Na segunda etapa, iniciada em 2022 e com término previsto para 2025, retornamos ao acervo físico do ILUFBA, da Faculdade de Filosofia e da UFBA, com o intuito de identificar documentos significativos para se entender a história dos nossos cursos.

¹ Integram a equipe os seguintes bolsistas de IC: Cleberson Santos Araújo (2020 a 2023), Rafaela Regina Freitas Valverde (2020), Ana Clara Seixas Freitas (2021 e 2022), Carine Santos Costa (2022 e 2023), Letícia Vitória Pimentel Silva (2022 a 2024), Marcus Vinicius Spínola de Oliveira (2023-2024) e George Souza de Lima (2023-2024). Em 2024 Ana Clara Freitas Seixas ingressou no Mestrado do PPGLINC/UFBA, desenvolvendo pesquisa inserida no projeto Memória do ILUFBA.

A base teórica e metodológica é igualmente diversa. Apoia-se, fundamentalmente na Filologia Textual, pois se trata de uma pesquisa cujo *corpus* é formado por textos, mas pelo exposto acima, necessariamente precisa dialogar com os conceitos de áreas como a arquivologia, que orienta a pesquisa, a classificação e a ordenação dos documentos selecionados, a Paleografia e a Diplomática, que norteiam a análise material e tipológica dos documentos, a historiografia linguística e literária, a história cultural e da educação, além das humanidades digitais, pois nosso intuito é disponibilizar os documentos mais importantes no repositório institucional e no site de Letras, em páginas referentes à história dos nossos cursos.

A Filologia medeia toda a investigação, pois o texto é o elemento central. Objetiva-se seu resgate do espaço inerte do arquivo, das gavetas e pastas que integram os diversos acervos, trazendo-o à luz através de catálogos e de edições filológicas, que adotem procedimentos hermenêuticos social e politicamente referenciados, que preservem, na medida do possível, sua materialidade, sua função e, sobretudo, que tornem acessíveis a um público mais amplo, esse conjunto de textos que se constituem parte do patrimônio histórico e cultural de nossa instituição.

Neste trabalho, abordaremos reflexões surgidas ao analisarmos os resultados parciais obtidos nas primeiras etapas da pesquisa, focando, principalmente, no momento de implantação do Instituto.

1 A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS

O Instituto de Letras da UFBA foi criado pelo Decreto no 62.242, de 8 de fevereiro de 1968, que reestruturou a Universidade Federal da Bahia, adequando-a ao que determinava o Decreto-lei no 66, de 18 de novembro de 1966, que fixara princípios e normas de organização das universidades federais. Nos incisos I, II e III do artigo 2º o Decreto define que cada unidade universitária deve realizar, simultaneamente, o ensino e a pesquisa em seu campo de estudo e estabelece dois tipos de unidades acadêmicas: o primeiro consiste em unidades de ensino e pesquisa básicos, que formam um sistema comum para toda a universidade, e o segundo de formação profissional e de pesquisa aplicada. Atendendo ao disposto no referido Decreto-lei, a UFBA passou a ser constituída por vinte e quatro unidades universitárias, divididas entre nove integrantes do sistema comum e quatorze de ensino profissional e pesquisa aplicada (Brasil, 1968).

O Instituto de Letras, juntamente com os institutos de Matemática, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências da Saúde, Faculdade de Filosofia e Escola de Belas Artes integravam o sistema comum, responsável pelo ensino e pesquisa básicos nas diversas áreas de conhecimento, mas também cabia a estas unidades a formação de professores para a educação básica, bem como de especialistas da Educação (Brasil,

1966).

Na prática, as unidades de ensino e de pesquisa básicas se tornaram responsáveis pelo ensino de disciplinas de suas áreas não somente em seus cursos, mas também nas áreas correlatas da UFBA. Por exemplo, os docentes de Letras passaram a ministrar disciplinas de língua portuguesa, língua estrangeira, paleografia nos cursos de Jornalismo, Secretariado, História, Arquivologia, Fonoaudiologia etc.

Mas a principal mudança estrutural foi a dispersão dos cursos que funcionavam na Faculdade de Filosofia, que antes congregava cursos de diferentes áreas do conhecimento, abrangendo as ciências naturais, sociais e exatas, além de Pedagogia, Letras, Jornalismo e Psicologia. Na época da reestruturação, a Faculdade de Filosofia oferecia cursos de Filosofia, Matemática, Física, Astronomia, Química, História Natural, Geografia, História, Ciências Sociais, Letras, Pedagogia, Jornalismo, Psicologia e Ciências (Universidade Federal da Bahia, 1967, p. 10-11). Na nova estrutura, Letras permaneceu no antigo prédio da rua Joana Angélica, onde funcionava a Faculdade de Filosofia, desde 1944, e a sede da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas foi deslocada, primeiro, para o Terreiro de Jesus e, posteriormente, para o prédio da estrada de São Lázaro (Simões, 1995, p. 37).

O processo de implantação das recém-criadas unidades universitárias da UFBA ocorreu paulatinamente a partir do ano de 1969. A nova estrutura organizacional exigiu tempo e recursos para ser efetivada, pois a UFBA ganhara novas unidades que precisavam de espaço físico, novos regimentos, novos cargos, enfim, eram necessários recursos financeiros e empenho dos docentes e servidores técnicos para implantar e fazer funcionar as unidades criadas pelo decreto de 1968.

Entretanto, este processo que se inicia com uma ruptura, implicou, em certa medida, em continuidade. Muito do modelo organizacional existente foi mantido nas unidades recém-criadas. Sob a nomenclatura da nova organização administrativa e pedagógica, permaneceram muitas das antigas práticas e concepções. A rigor, não houve expansão da estrutura, mas recomposição dos cursos existentes e redistribuição de pessoal docente e técnico. O processo de contratação de pessoal docente e técnico sucedeu mais lentamente nos anos subsequentes.

O Instituto de Letras da UFBA (ILUFBA) foi estruturado, a princípio, em cinco departamentos: Letras Vernáculas, Letras Românicas, Letras Germânicas, Letras Clássicas e o Departamento de Linguística, Teoria da Literatura e História da Literatura (Universidade Federal da Bahia, 1970, p. 10). Enfatize-se que este último reunia os docentes das matérias recém-criadas para atender as novas diretrizes curriculares dos cursos de Letras, normatizada conforme o Parecer no 283, do Conselho Federal de

Educação, de outubro de 1962², que revia a concepção dos cursos de Letras no Brasil.

O referido Parecer estabelecia que a estrutura curricular dos cursos de Letras deveria conter uma parte comum, o currículo mínimo, e outra diversificada, que contemplasse a capacidade de oferta de cada instituição, bem como os interesses da comunidade em que estivesse inserido o curso. O currículo mínimo deveria ser formado por oito matérias, sendo cinco pré-determinadas – Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Latim e Linguística – e outras três escolhidas de um conjunto de oito – Cultura Brasileira, Teoria da Literatura, uma língua estrangeira moderna, a literatura correspondente à língua estrangeira escolhida, Literatura Latina, Filologia Românica, Língua Grega e Literatura Grega.

Além da inclusão da Linguística como matéria obrigatória e da Teoria da Literatura como matéria passível de integrar o currículo mínimo, os novos marcos legais dos cursos de Letras estabeleciam novas terminalidades. A partir de 1962, passaram a oferecer duas modalidades de habilitação: a simples em Língua Portuguesa e literaturas de língua portuguesa e a dupla habilitação em Língua Portuguesa e literaturas de língua portuguesa e uma língua estrangeira moderna ou clássica com sua respectiva literatura, à escolha do aluno e de acordo com as possibilidades de oferta da instituição de ensino.

No texto do referido Parecer ressalta-se que as novas diretrizes visam a corrigir a dispersão do foco de estudo, uma vez que os currículos vigentes previam a graduação em várias línguas, o que tornava impossível a especialização, pois estudava-se em quatro anos duas e até três línguas estrangeiras juntamente com a língua portuguesa e as respectivas literaturas. Outra razão, talvez a mais importante, era a necessidade de formação docente, pois, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, em 1961, a língua portuguesa passou a ser obrigatória em todas as séries do ensino médio, de sorte que era necessário formar mais e melhor os professores de língua vernácula. Destaque-se, ainda, o fato de a língua estrangeira que comporá a dupla habilitação juntamente com a língua portuguesa, a partir de então, poderia ser qualquer uma que a instituição de ensino estivesse apta a ministrar e não mais se restringia ao latim, grego, espanhol, francês, italiano, alemão e inglês dos currículos vigentes.

Dessa forma, altera-se a concepção que orientava a organização dos cursos de Letras que funcionavam no Brasil até o início dos anos sessenta do século XX, os quais seguiam o modelo do que fora estabelecido para a fundação da Faculdade Nacional de

² O Parecer CNE no 283, de 19 de outubro de 1962, teve a relatoria do conselheiro Valnir Chagas e foi subscrito pelos conselheiros Celso Cunha, Josué Montello, Anísio Teixeira e Abgar Renault. Esses dois últimos fizeram voto em separado por discordar da inclusão de Latim no currículo mínimo.

Filosofia, através do Decreto-lei no 1.190, de 4 de abril de 1939. Em seu artigo 6º estabelecia que a secção de Letras, que compunha as Faculdades de Filosofia, ofereceria três cursos: Letras Clássicas (Latim e Grego), Letras Neolatinas (Espanhol, Francês e Italiano) e Letras Anglo-Germânicas (Alemão e Inglês). Os cursos habilitavam nas línguas estrangeiras clássicas ou modernas e os programas davam destaque à formação do bacharel, sendo a licenciatura uma extensão, realizada no quarto e último ano, quando os licenciandos cursavam as matérias pedagógicas.

O currículo que entrou em vigor em 1965 em nossos cursos incluía no núcleo comum, além das cinco obrigatórias, as matérias de Teoria da Literatura, Filologia Românica e uma língua estrangeira moderna ou clássica. Do ponto de vista da terminalidade, oferecia a licenciatura ou bacharelado em Letras Vernáculas e a dupla habilitação com a licenciatura em Letras Vernáculas e uma Língua Clássica e a licenciatura em Letras Vernáculas e uma língua estrangeira moderna (Universidade Federal da Bahia, 1966, p. 178-179; Universidade Federal da Bahia, 1971, p. 119-121).

Assim, o final dos anos sessenta e a década de setenta será um período decisivo na criação e organização de uma unidade acadêmica voltada inteiramente para a área das Letras, na Bahia, com o objetivo de desenvolver, não somente o ensino de graduação, mas também a pesquisa e a pós-graduação, que será implantada em 1976.

1.1 A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

O Instituto de Letras foi organizado conforme o determinado no Estatuto e no Regimento Geral da UFBA, publicado em junho de 1969, o Regimento do ILUFBA, de 1970, e a legislação federal em vigor na época, sobretudo, a lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas para reestruturação das universidades brasileiras. Aqui importam as normas referentes à departamentalização, à extinção das cátedras e a constituição dos colegiados.

O ILUFBA, tal como as demais unidades universitárias que compunham a UFBA, estava estruturado em: Congregação, órgão máximo, composto pelos professores titulares, representantes dos departamentos, representantes de cada uma das demais categorias docentes e representantes discentes; Conselho Departamental, órgão responsável pelos assuntos de natureza pedagógica, formado pelo Diretor, os chefes de Departamentos e um representante discente; Diretoria, órgão executivo, de coordenação, de fiscalização de superintendência das atividades desenvolvidas na unidade; Departamentos, órgãos que reúnem os docentes e auxiliares de ensino de uma determinada área do conhecimento. A Congregação, o Conselho Departamental e a Diretoria são órgãos de direção (cf. o art. 48 do Estatuto da UFBA, de 1969).

Os departamentos, definidos no parágrafo 3º do artigo 12 da lei 5.540/1968, como “a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreenderá disciplinas afins”, congregam os docentes que atuam no ensino de disciplinas afins, diferentemente da estrutura vigente nas Faculdades de Filosofia em que havia um departamento por grande área da unidade (Universidade Federal da Bahia, 1967).

Os Departamentos que integravam o ILUFBA, a partir de 1969, congregavam as seguintes áreas de saber: 1) Departamento de Letras Vernáculas – reunia os docentes responsáveis pelo ensino e pesquisa das áreas de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira; 2) Departamento de Letras Clássicas – congregava os docentes de Língua e Literatura Latina e Grega; 3) Departamento de Letras Românicas – formado pelos docentes de Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Italiana; Língua e Literatura Espanhola, Literatura Hispano-Americana e Filologia Românica; 4) Departamento de Letras Germânicas – reunia os docentes de Língua e Literatura Inglesa, Literatura Anglo-Americana e Língua e Literatura Alemã; 5) Departamento de Linguística, Teoria da Literatura e História da Literatura, que agrupava os docentes das matérias recém introduzidas nos currículos de Letras: a Linguística e a Teoria da Literatura, disciplinas que integravam o currículo mínimo, e História da Literatura, disciplina ministrada para o curso de Biblioteconomia.

Embora já existisse na estrutura anterior, a concepção do departamento foi transformada significativamente pela reforma de 1968. Havia na Faculdade de Filosofia da UFBA, conforme o Regimento Geral de 1967, um Departamento de Letras, que reunia doze cátedras e oito disciplinas (Universidade Federal da Bahia, 1967, p. 69), constituído por docentes pertencentes hierarquicamente às categorias de Professor Catedrático, Professor Adjunto e Docente Livre. O Professor Catedrático era responsável pelo ensino e pela pesquisa de uma ou mais disciplinas correlatas que compunham a cátedra para a qual fora selecionado. O catedrático poderia solicitar e recomendar a contratação de auxiliares de ensino ou os dispensar. Na nova estrutura departamental, com a extinção das cátedras (Brasil, 1968), estabeleceu-se, ao menos teoricamente, uma estrutura menos hierarquizada, em que os docentes, de qualquer categoria, poderiam participar democraticamente das decisões, através do voto em plenário departamental.

Além de se constituírem lugar de lotação dos docentes, os departamentos eram o espaço, na estrutura organizacional anterior, de decisões pedagógicas, definindo o que e como ensinar nos cursos de graduação. A partir da promulgação da lei 5.540/68, a coordenação didática dos cursos ficará a cargo de um colegiado, “constituído de representantes das unidades que participem do respectivo ensino” (Brasil, 1968, art. 13.

§2º).

Curiosamente o Regimento Interno do ILUFBA (1970) não trata do Colegiado de curso, limitando-se a o mencionar apenas quando se refere à relação entre este e os demais órgãos como Conselho Departamental e Departamentos. A normatização dos colegiados é feita pelo Estatuto da UFBA, de 1969, no Título IV, Capítulo I, na seção II, art. 77, que determina:

Haverá em cada curso de graduação um Colegiado, constituído dos docentes em exercício, um para cada matéria do currículo mínimo eleitos pelos respectivos Departamentos e de um representante do Corpo Discente, escolhido na forma prevista no Regimento Geral (UFBA, 1969, p. 25).

Coube ao colegiado do curso de graduação em Letras a estruturação do novo currículo implantado em meados dos anos sessenta. O exame dos catálogos gerais da UFBA, publicados a partir de 1966 e tornados frequentes nos anos subsequentes – 1969, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984-1985, 1986-1987, 1988-1989 –, demonstra que a partir de então são implementadas pequenas mudanças para adequar o curso à legislação federal. A rigor, não se altera o conceito de que a formação do licenciado em Letras deve ser feita em duas etapas e dois espaços diversos: a primeira, ministrada no Instituto de Letras, durante a qual as matérias têm caráter exclusivamente teórico, e uma segunda, desenvolvida na Faculdade de Educação, que ministrará as matérias pedagógicas, incluindo os estágios.

A ideia de que nossos cursos são concebidos para a formação do bacharel com perfil de pesquisador vai prevalecer até a reforma curricular de 2005. E mesmo no currículo atual, a formação do professor foi assumida pelos docentes do Instituto de Letras apenas para os cursos de língua estrangeira. O curso de Letras Vernáculas permanece na estrutura dicotômica.

1.2 OS DOCENTES

Ao investigarmos a implantação dos cursos de Letras em nosso estado, nos perguntamos quem seriam os primeiros docentes, uma vez que havia pouco mais de uma década da criação dos primeiros cursos da área no país e eles se concentravam no Sudeste. De fato, a lista de professores catedráticos aprovada em 1942 pelo Conselho Nacional de Educação para atuarem na futura Faculdade de Filosofia da Bahia era formada por pessoas graduadas em cursos superiores de natureza diversa, eram, sobretudo, médicos, advogados e engenheiros (Universidade da Bahia, 1952; Silva, 2010). Portanto, eram autodidatas que atuavam na área, como de resto correu em todo o

Brasil (Altman, 2004, p. 70).

Somente a partir dos anos 50 identificamos os primeiros docentes com formação em Letras, os quais iniciaram a carreira como auxiliares dos professores catedráticos e, depois, foram, pouco a pouco ascendendo às categorias superiores. Cite-se o professor Nilton Vasco da Gama, docente de Filologia Românica, egresso do curso de Letras Clássicas em 1953; os professores Luiz Angélico da Costa, de Língua Inglesa, e Antônio de Carvalho Assis Barros, de Literatura Brasileira, Zilma Parente de Barros, de Língua Alemã, e Rosa Virginia Mattos e Silva, de Língua Portuguesa, egressos do curso de Letras Anglo-Germânicas; Claudio Veiga, de Língua e Literatura Francesa, Carlota Ferreira e Suzana Alice Marcelino Cardoso, de Língua Portuguesa, e Célia Telles, de Filologia Românica, egressos do curso de Letras Neolatinas. Todos eles são exemplos de graduados em nossos cursos, nos anos cinquenta e sessenta, que se tornaram docentes, pesquisadores e gestores no ILUFBA.

Conforme destacamos anteriormente, do ponto de vista de pessoal docente e técnico, a reforma se limitou a determinar o remanejamento. Portanto, integravam o corpo docente dos cinco departamentos, os professores que ministravam aulas na área de Letras, no âmbito da Faculdade de Filosofia.

O Departamento de Letras Vernáculas teve como primeiro chefe o professor Hélio Simões, Professor Titular e anteriormente catedrático de Literatura Portuguesa, que também foi designado para o cargo de coordenador do Instituto, se tornando o primeiro diretor³. Os demais docentes que integravam o departamento, de acordo com o Catálogo Geral da UFBA, de 1969, eram Jerusa Pires Ferreira, de Literatura Portuguesa, Fr. Amadeu Jorge Feliciano (leitor de Cultura Portuguesa), Antônio de Carvalho Assis Barros e João Carlos Teixeira Gomes, professores de Literatura Brasileira, Nelson Rossi, professor titular e antes catedrático interino de Língua Portuguesa, Carlota da Silveira Ferreira, Jacyra Andrade Mota, Nadja Maria Cruz de Andrade, Olívia Gomes Barradas, Pedro Moacyr Maia, Raul de Souza Costa e Sá, Suzana Alice Cardoso e Vera Lúcia Rollemberg.

O Departamento de Letras Clássicas era formado por dois docentes: Nilda Mascarenhas de Castro, que exercia a função de chefe, e Flávio Magnavita. O Livro de Atas desse departamento só possui uma ata, a de eleição da chefia. Mais tarde, os professores de Letras Clássicas passaram a integrar o Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras, criado em 1978, e que reunia os docentes de Linguística, Teoria da Literatura e Filologia Românica, além das línguas e literaturas clássicas.

³ As diretorias das novas unidades acadêmicas criadas a partir de 1968 não foram implementadas imediatamente. Conforme destacamos anteriormente, era um número significativo de novas unidades e a nova estrutura precisava ser regulada por marcos legais que exigiam tempo de elaboração.

O Departamento de Letras Românicas teve como primeiro chefe o professor Nilton Vasco da Gama, de Filologia Românica, fato que merece destaque porque havia, no departamento, dois professores titulares, que tinham primazia para ocuparem a chefia, segundo os marcos legais da época. Conforme o mencionado catálogo de 1969, compunham esse departamento, além do aludido chefe, os docentes Maria Luigia Magnavita Galeffi e Claudio Veiga, professores titulares, Aldaísia Novaes Schwebel, Carmelinda Almeida, Cristiano Leitão Guerra, Geovana Benedita Spínola, Itália Magnavita Schaun, Josefina Barletta, Maria Luiza Medeiros Guimarães, Raymond Van der Haegen, Tereza Leal Gonçalves Pereira e Vera Nívea Andrade.

O Departamento de Letras Germânicas teve como primeiro chefe o professor Luiz Angélico da Costa, Professor Titular de Língua Inglesa, e pelos docentes Adelaide Tarquínio de Souza, Ana Maria Guerra Viveiros, Antonieta da Silva Carvalho, Antônio Gonçalves Passos, Celeste Aída Noronha Galeão, Eveline Correia Gonçalves, Gerald Peter Morris (leitor de Cultura Britânica), João Antenor de C. Silva, Maria Antonieta Frank Guntter, Maria do Carmo Lacerda Santos e Zilma Gomes Parente de Barros.

O Departamento de Linguística, Teoria da Literatura e História da Literatura era composto pelas docentes Joselice Andrade Macêdo, Judith Grossmann, Lícia Regina Moreira de Souza da Fonseca e o primeiro chefe, mas a leitura das atas revela que a professora Joselice Macêdo foi eleita chefe em reunião realizada em 09 de junho de 1969. Outro dado curioso revelado pelas atas é a participação dos professores Nilton Vasco da Gama e Tereza Leal Gonçalves Pereira, de Filologia Românica, também integrantes do Departamento de Letras Românicas, que participam desde a primeira reunião até o encerramento do Departamento. Inclusive, a professora Tereza Leal foi eleita chefe do Departamento em 04 de dezembro de 1969, após a renúncia da professora Joselice Macedo, que alegou precisar se exonerar do cargo para assumir o Colegiado de curso.

Dos docentes fundadores atuantes no curso desde 1943 somente Hélio Simões e Maria Luigia Magnavita Galeffi continuaram em atividade no Instituto de Letras. A maior parte dos professores lotados no ILUFBA, em 1969, pertence à segunda geração de docentes, que, diferentemente daqueles do primeiro grupo, em sua maioria, tiveram formação na área, sendo graduados pelas Letras das Faculdades de Filosofia criadas no Brasil a partir de meados da década de 30 do século XX. Nesta pesquisa os denominamos de segunda geração de docentes, que, na Universidade Federal da Bahia, serão os iniciadores da pesquisa na área de Letras.

2 A PESQUISA EM LETRAS

Embora a pesquisa tenha sido prevista desde a criação da Faculdade de Filosofia

no início da década de quarenta do século passado (Faculdade de Filosofia da Bahia, 1942, [p. 3]), os documentos remanescentes indicam que foi implementada pouco a pouco, em algumas áreas que compunham a referida unidade, a partir de sua incorporação à Universidade da Bahia em 1946. Na área de Letras, ela se inicia após a chegada do professor Nelson Rossi, em 1955, convidado pelo Reitor Edgard Santos, para atuar como catedrático interino de Língua Portuguesa. Graduado em Letras Clássicas pela Universidade do Brasil, Rossi fizera um estágio com o foneticista português Armando de Lacerda, no laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra, desenvolvido e coordenado pelo pesquisador português. Com o apoio de Edgard Santos, em 1957, Rossi implantou o primeiro laboratório de fonética experimental da América Latina e iniciou as pesquisas dialetais que resultaram na elaboração do Atlas Prévio dos Falares Baianos, o APFB, publicado em 1963, e do Atlas Linguístico de Sergipe (ALS), concluído em 1973, mas publicado somente em 1987 (Ferreira *et al.*, 1987).

Trata-se de um feito memorável, pois a pesquisa em Letras no Brasil estava em estágio incipiente e concentrava-se, sobretudo, no sudeste do país, mas em iniciativas isoladas e descontinuadas. A pesquisa iniciada na Bahia no final dos anos cinquenta prevalece até os dias atuais e contribuiu para a formação de pesquisadores ilustres como Rosa Virginia Mattos e Silva, Suzana Alice Cardoso, Jacyra Andrade Mota, Carlota Ferreira, Dinah Calou para citar diretamente as primeiras alunas de Rossi que fizeram carreira acadêmica. É importante enfatizar que é justamente em uma instituição criada em meados do século XX, em uma região periférica, que a pesquisa em Letras logrou êxito e longevidade.

Faz-se mester considerar que o sistema de ensino superior no Brasil foi implantado tardiamente e, a princípio, por iniciativa de pessoas e grupos com proeminência política e econômica. A primeira lei referente ao ensino superior no Brasil foi promulgada somente em 1931, já no governo de Getúlio Vargas, que normatizou e exerceu forte controle sobre as universidades brasileiras. Diferentemente do que ocorreu na América de colonização espanhola, o ensino superior foi estabelecido no Brasil somente no século XIX e em cursos isolados como Medicina, Direito e Engenharia. As primeiras universidades foram criadas no início do século XX e se consistiam em reunião dos cursos superiores existentes. Não havia no Brasil, até a criação da Faculdade de Filosofia da USP, em 1934, cursos nas áreas de conhecimentos básicos como as ciências exatas, da natureza e sociais, letras e pedagogia. Esse papel foi exercido pelas faculdades de filosofia após meados da década de 30 do século passado.

Na gestão de Gustavo Capanema, em consonância com a política centralizadora do governo Vargas, foi fundada a Faculdade Nacional de Filosofia através do Decreto-

Lei 1.190, de 4 de abril de 1939, que serviu de modelo para a criação das instituições congêneres, inclusive a da Bahia. No artigo 1º enumeram-se as finalidades da instituição:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino.

As mesmas finalidades serão replicadas nos regimentos da Faculdade de Filosofia da Bahia de 1942, da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, de 1949. Entretanto, o item “c” será adiado por algum tempo pois, como afirmamos anteriormente, somente no final da década de cinquenta a pesquisa em Letras será implementada em nossa universidade.

As razões de tal atraso são múltiplas e foram estudadas pelos pesquisadores da área da historiografia linguística, de sorte que aqui faremos uma breve menção ao problema. O primeiro obstáculo é o fato de que a implantação tardia dos cursos de Letras dificultou a formação de docentes com formação específica na área. As primeiras gerações de docentes que atuaram em nossos cursos como professores de língua e de literatura vernáculas ou estrangeiras são constituídas por pessoas com formação superior em outras áreas como Medicina, Direito, Engenharia.

Cristina Altman, em sua Tese de Doutorado defendida na USP em 1993, posteriormente transformada em livro, defende que a pesquisa linguística no Brasil começou efetivamente a partir de 1968, quando se iniciou a estruturação dos programas de pós-graduação na área (Altman, 2004, p. 138), embora reconheça que o processo foi desencadeado anteriormente com as investigações empreendidas por filólogos e dialetólogos. A pesquisa iniciada por Rossi está inserida neste contexto de interrelação entre a Filologia e a Dialectologia, em evidência graças às investigações pioneiras sobre as variações regionais do português brasileiro.

A realização de pesquisa exigia conhecimento teórico ausente nos programas dos nossos cursos de Letras, ciente tal carência, o jovem professor Rossi ministrou, em 1957, nas quatro séries da disciplina Língua Portuguesa, cursos cujos programas incluíam teoria e prática de Fonética e introdução à Dialectologia, com o intuito de familiarizar os estudantes com as etapas da pesquisa dialetológica (Rossi, 1961, p. 23-24). Tratava-se de ações orquestradas com o intuito de preparar terreno para a realização de um atlas linguístico da Bahia. Em 1º de novembro de 1957 Rossi e seus alunos realizaram um exercício prático de dialectologia, aplicando, na localidade de Portão, próxima a

Salvador, um questionário de quase três mil palavras⁴. Tratou-se de um pequeno ensaio para o Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB), realizado entre outubro de 1960 e abril de 1961 e publicado em 1963. O APFB, por sua vez, consistiu no primeiro atlas linguístico elaborado no Brasil e sua realização resultou na capacitação de uma equipe de pesquisadoras que colaboraram com a investigação em suas diversas etapas, a saber, Dinah Maria Isensee⁵, Carlota Ferreira, Josefina Barletta, Judith Freitas, Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes e Tânia Pedrosa. Parte desta equipe atuará no Atlas Linguístico de Sergipe – Carlota Ferreira e Judith Freitas –, e novos nomes serão incorporados à equipe de dialetólogas: Nadja Andrade, Suzana Alice Cardoso, Vera Rollemberg e Jacyra Andrade Mota. Suzana Cardoso e Jacyra Mota serão responsáveis mais tarde pela coordenação do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), criado em 1996, cuja etapa de pesquisa de campo foi encerrada em 2013 e os dois primeiros volumes foram publicados em 2014 (Cardoso *et al.*, 2014, p. 20; 26).

No final dos anos sessenta, Nelson Rossi engajou-se em outra frente de pesquisa, o Projeto NURC (Norma Urbana Culta), que objetivava investigar e descrever a norma culta brasileira. Trata-se de uma inflexão das pesquisas dialetais, que foram realizadas até então em perspectiva diatópica e regional, e passam a ser direcionadas à dimensão diastrática e urbana. Não é coincidência o fato de que a proposta de pesquisa do Projeto NURC tomou forma no âmbito do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas, o PILEI, mais precisamente no IV Simpósio realizado no México. A América Latina destaca-se por ter como línguas oficiais predominantemente as línguas ibéricas espanhol e português, que diferem da norma europeia. Rossi será o primeiro coordenador nacional do Projeto NURC no Brasil, realizado simultaneamente em cinco capitais brasileiras: Porto Alegre (UFRGS), São Paulo (USP), Rio de Janeiro (UFRJ), Salvador (UFBA) e Recife (UFPE) (Altman, 2004, p. 87). Portanto, inaugura-se com o NURC uma nova modalidade de pesquisa, colaborativa e interinstitucional.

Conforme destaca Altman (2004), as primeiras pesquisas na área das letras filiam-se à Filologia e à Dialectologia. Na UFBA, as pesquisas filológicas são empreendidas em duas áreas: Língua Portuguesa e Filologia Românica, coordenadas, respectivamente, por Nelson Rossi e por Nilton Vasco da Gama.

A passagem de Rossi pela Universidade de Brasília, como docente fundador, proporcionou o contato com os manuscritos trecentistas portugueses adquiridos por Serafim da Silva Neto em 1950 e vendido à UnB pela viúva do filólogo em 1964: os Diálogos de São Gregório, o *Flos Sanctorum* e o Livro das Aves. A repressão decorrente

⁴ Rossi apresenta, em janeiro de 1958, no Rio de Janeiro, duas conferências, publicadas pela Casa de Rui Barbosa em 1961, em que trata sobre o Laboratório de Fonética da Bahia.

⁵ Dinah Maria Isensee Callou é Professora Emérita da UFRJ e uma das mais destacadas linguistas brasileiras, atuando, sobretudo, na área de Sociolinguística e Linguística Histórica.

do golpe militar determinou a dispersão da maior parte dos docentes que atuavam na UnB e, então, Rossi retornou à Bahia trazendo consigo os manuscritos, que somente foram devolvidos em 1972. Neste ínterim, professor Rossi coordenou a edição do fragmento intitulado Livro das Aves, realizada conjuntamente com as discípulas Jacyra Mota, Rosa Virgínia Mattos e Vera Lúcia Sampaio, publicado em 1965 pelo Instituto Nacional do Livro. Neste mesmo ano, Rosa Virginia concluiria, na UnB, sua dissertação de Mestrado, orientada por Nelson Rossi, que consistiu na edição do segundo livro dos Diálogos de São Gregório (Machado Filho, 2009, p. 53) e, desta maneira, iniciava-se a profícua carreira de nossa mais célebre linguista baiana, reconhecida e celebrada nacional e internacionalmente.

Na área de Filologia Românica a pesquisa tomou corpo com a edição de um autor moderno, o poeta baiano Arthur de Salles. Coordenado pelo professor Nilton Vasco da Gama, o grupo de filólogas era constituído por Teresa Leal Gonçalves Pereira, Albertina Ribeiro da Gama, Célia Marques Telles e Luiza Maria de Vasconcellos Vianna, auxiliadas por Célia Goulart de Freitas Tavares, Hilda Maria Ferreira de Carvalho e Vera Lúcia Nascimento Britto, responsáveis pela elaboração da edição crítica da obra Sangue-mau, publicada em 1981 pela UFBA.

No campo dos estudos literários, a pesquisa ganhou fôlego após a chegada da professora Judith Grossmann à UFBA em 1966, mais precisamente, em 1971, quando a aludida docente criou o Grupo de Pesquisa em Teoria da Literatura, Literatura Comparada e Criação Literária, registrado no Diretório do CNPq (Hoisel, 2013). Contratada para assumir a matéria Teoria da Literatura, Judith Grossmann era graduada em Letras pela Universidade do Brasil e pós-graduada pela Universidade de Chicago. Logo após seu ingresso na Universidade Federal da Bahia, trabalhou para ampliar o elenco de disciplinas da área de Teoria de Literatura e, no mesmo ano, realizou a primeira oficina de Criação Literária, no curso de Letras (Universidade Federal da Bahia, 2017).

Judith Grossmann integrou o quadro docente do curso de Mestrado em Letras, criado em 1976, no qual Teoria da Literatura se constituía uma linha de pesquisa. A docente, pesquisadora e escritora orientou cerca de duas dezenas de mestres, dentre os quais destacam-se Eneida Leal Cunha, Lígia Guimarães Telles, Maria da Conceição Paranhos e Antonia Torreão Herrera, da primeira turma do Mestrado, e ainda, João Carlos Teixeira Gomes, Maria de Fátima Maia Ribeiro, Mirella Márcia Longo Vieira Lima, Maria Nazaré Gomes dos Santos e Márcia Rios de Andrade, para citar apenas nomes de docentes que atuam como pesquisadores e orientadores de pesquisa na UFBA e em outras universidades brasileiras.

Seu pioneirismo é destacado por sua pupila Evelina Hoisel:

Desde a implantação da Teoria da Literatura no currículo de Letras, em 1966, Judith Grossmann já adotava um viés comparatista nas aulas de Teoria da Literatura. Assim, quando a disciplina Literatura Comparada emerge na década de 1980, reconfigurando o cenários da pós-graduação, o exercício da literatura comparada já estava sendo disseminado nos cursos de Letras da UFBA e uma das disciplinas que adotava com grande visibilidade – e atualidade – a metodologia comparatista era a Literatura e Outras Artes, criada pela Profa. Judith Grossmann, e ainda hoje ministrada nos cursos de Letras e nos Bacharelados Interdisciplinares da UFBA, bastante procurada pelos estudantes (Hoisel, 2013).

É importante realçar o fato de que Nelson Rossi, Nilton Vasco da Gama e Judith Grossmann logram a tarefa de criar grupos de pesquisa que congregam os novos pesquisadores forjados nas investigações desenvolvidas desde a graduação, mas, sobretudo, no primeiro curso de Mestrado em Letras da Bahia, os quais, na sequência, também se tornam docentes e orientadores de pesquisa no âmbito da pós-graduação. Trata-se, pois, de um círculo virtuoso de propagação das pesquisas científicas em nossa área, que fomenta a expansão da pós-graduação em Letras em nosso estado.

Desde a fase inicial desta investigação procuramos identificar os dados sobre a pesquisa em Letras com a ajuda de empenhados bolsistas de iniciação científica, inicialmente, foi feito o levantamento dos grupos de pesquisa do nosso Instituto, nas plataformas CNPq e Sucupira, e nos sites dos grupos disponíveis *on-line*⁶. Na sequência, após o retorno das atividades presenciais, outra bolsista investigou o acervo do grupo de Literatura Popular, coordenado pelas docentes/pesquisadoras Doralice Alcoforado e Maria del Rosário Albán, custodiado pelo ILUFBA, e que ocupa a sala do Projeto de Pesquisa sobre a Literatura Popular, no prédio anexo de Letras⁷. Doralice Alcoforado e Maria del Rosário Albán foram protagonistas na tarefa de incluir a literatura não canônica nas linhas de pesquisa da nossa pós-graduação. Esse feito é memorável em uma época em que os estudos literários se restringiam aos autores reconhecidos pela crítica e pela academia.

Em 2022-2023, a partir de um plano de trabalho desenvolvido por uma bolsista de iniciação científica⁸, foram investigados dados sobre os egressos da pós-graduação

⁶ Plano de trabalho “Memória do Instituto de Letras da UFBA: os acervos dos projetos de pesquisa do ILUFBA” foi desenvolvido por Cleber Santos Araújo. Ele precisou fazer a investigação nos acervos on-line, devido ao fechamento da universidade em decorrência da pandemia de covid.

⁷ Carine Santos Costa desenvolveu o plano de trabalho “Memória do Instituto de Letras da UFBA: os acervos dos grupos de pesquisa do ILUFBA: parte 2”, no qual identificou, catalogou e fotografou uma grande quantidade de documentos referentes à pesquisa em Literatura Popular, bem como os referentes atuação das docentes coordenadoras do grupo em eventos acadêmicos, entidades e associações da área da Literatura Oral e Popular.

⁸ O plano de trabalho “Memória do Instituto de Letras: os egressos” foi desenvolvido pela bolsista Letícia Vitória Pimentel da Silva.

em Letras, com o objetivo de verificar não somente o quantitativo de mestre e doutores formados por nossos programas, mas, sobretudo, identificar onde eles atuam e se também se tornaram formadores de novos docentes/pesquisadores, colaborando, desse modo, para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

3 PRINCIPAIS DESAFIOS DA PESQUISA

Conforme já foi aventado, os principais desafios desta pesquisa é a dimensão do conjunto documental acumulado ou que deveria ter sido arquivado nas oito décadas de existência de nossos cursos, bem como a dispersão dos acervos por diferentes espaços físicos e institucionais.

Os cursos de Letras, sediados na Faculdade de Filosofia, instalada no prédio da avenida Joana Angélica, desde 1944, lá permaneceram até 1986, quando problemas estruturais precipitaram a saída da comunidade acadêmica de Letras do edifício. Sabe-se a partir de depoimentos de docentes que vivenciaram aquele momento, que o prédio fechado foi invadido por pessoas sem moradia, que roubaram objetos e mobiliário deixados temporariamente no espaço⁹. Na biblioteca foi feito um grande estrago, pois usaram livros como combustível para fogueiras em cenas semelhantes às imaginadas por Agualusa¹⁰. É lícito pensar que parte dos arquivos poderia ter sido extraviada neste processo de diáspora da comunidade do ILUFBA.

Parte do material veio com os pessoal docente e técnico-administrativo, que se instalou em parte do primeiro pavimento do prédio da Biblioteca Central Reitor Macedo Costa, onde os diversos setores administrativos e pedagógicos do instituto ocuparam “salas” delimitadas por armários (Cardoso, 2010, p. 407). Mesmo depois da mudança para a nova casa ao lado da Biblioteca Central, não foi planejado um espaço exclusivo para a documentação existente e futura que deveria ser mantida para a posteridade. Desse fato resulta a dispersão dos documentos dentro no próprio instituto.

É preciso enfatizar que por mais de seis décadas a UFBA não estabeleceu oficialmente uma política de preservação da memória a partir do cuidado com os arquivos, os marcos regulatórios são absolutamente omissos sobre o tema, o que nos leva a crer que não existiam orientações efetivas sobre o que deveria ser arquivado e por quanto tempo. Uma Comissão Permanente de Arquivo foi criada somente a partir de 2010, conforme artigos 59 e 60 do Regimento Geral (Universidade Federal da Bahia,

⁹ A professora emérita da UFBA Célia Marques Telles é nossa principal informante sobre esses episódios de depredação do prédio de Nazaré.

¹⁰ A personagem Ludo, do romance Teoria Geral do Esquecimento, de José Eduardo Agualusa, isolada em um apartamento em Luanda, durante a guerra civil travada pela libertação de Angola, queimou móveis e livros para usar como elementos de combustão.

2010). Entretanto, embora a universidade estivesse, à época, em processo de expansão decorrente de sua adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, não foram abertas vagas para contratação de pessoal especializado na organização dos arquivos, que pudessem atuar além dos órgãos centrais da universidade.

Isto posto, destaque-se que a maioria dos documentos reunidos na sala Memória do ILUFBA não receberam o tratamento adequado de catalogação e acondicionamento¹¹. Nos quatro anos de nossa pesquisa, dentre os quais dois foram impactados pela pandemia, conseguimos realizar a triagem parcial de cerca de uma centena de caixas na busca por documentos relevantes para o estabelecimento de narrativas sobre a nossa história. Organizamos, com a ajuda de dois estagiários, as cadernetas da graduação e identificamos parte das atas dos diferentes órgãos, inclusive os primeiros livros de atas do instituto, cujas edições fac-similares estão em fase inicial, com a colaboração de uma mestranda e três bolsistas de iniciação científica.

O grande desafio será estabelecer uma política institucional que objetive a ordenação e conservação da massa documental do Instituto de Letras, não apenas a acumulada, mas também a produzida a partir de agora. O cuidado com nossa memória é imprescindível para conhecer e perpetuar a nossa história.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. **Teoria geral do esquecimento**. Rio de Janeiro: Foz, 2012.

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BRASIL. Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968. Reestrutura a Universidade Federal da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62241-8-fevereiro-1968-403521-norma-pe.html>. Consulta em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consulta em: 15 fev. 2024.

¹¹ Trato preliminarmente dos problemas dos arquivos de Letras em um trabalho publicado em 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9155-8-abril-1946-417464-norma-pe.html>. Consulta em: 15 fev. 2024.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino *et al.* **Atlas Linguístico do Brasil**. Introdução. v. 1. Londrina: EDUEL, 2014.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Instituto de Letras. In: TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **UFBA: do século XIX ao XXI**. Salvador: EDUFBA, 2010.

FERREIRA, Carlota da Silveira *et al.* **Atlas Linguístico de Sergipe**. Salvador: UFBA/Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

GALEFFI, Maria Luigia Magnavita. Entrevista. In: **Estudos: Linguísticos e Literários**, nº 4, Salvador, ILUFBA, 1985, p. 107-114.

HOISEL, Evelina S. de Carvalho. A imprescindível metodologia da Literatura Comparada. In: XIII Congresso Nacional da ABRALIC: Internacionalização do regional. **Anais**. João Pessoa, 8 a 12 de julho de 2013. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2013_1434406094.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **Fragmentos biográficos: Rosa Virgínia Mattos e Silva**. Salvador: Quarteto, 2009.

ROSSI, Nelson. **Atlas Prévio dos Falares Baianos**. Introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas. [Rio de Janeiro]: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação, 1965.

ROSSI, Nelson. **Laboratório de Fonética na Bahia**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1961.

ROSSI, Nelson *et al.* **Livro das aves**. Reprodução fac-similar do manuscrito do séc. XIV; introdução, leitura crítica, notas e glossário. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

SALLES, Arthur de. **Sangue-mau**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1981. Edição crítica.

SILVA, Vanessa Magalhães da. **No embalo das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SIMÕES, Ruy. **A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

SOUZA, Risonete Batista de. A implementação dos primeiros cursos de letras na Bahia: do desejo secular à concretização. In: SOUZA, Arivaldo Sacramento de; MAGALHÃES, Lívia Borges Souza; MEIRA, Mabel Mota (Orgs.). **Por uma ética nos estudos filológicos: crítica, corpora, edições**. Salvador: Segundo Selo, 2023. p. 513-533.



SOUZA, Risonete Batista de. O acervo do Instituto de Letras da UFBA: uma tentativa de resgate da história. In: LOSE, Alícia Duhá *et al.* (org.). **Pesquisando acervos**. Salvador: Memória e Arte, 2020. p. 74-82. Disponível em:

https://www.memoriaarte.com.br/_files/ugd/33823c_d78d7b2c948b4b299961e3b4b8168108.pdf.

Acesso em: 18 fev. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia**. Boletim Informativo: segunda parte, ano XII, nº 153. Salvador: Imprensa Universitária, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Estatuto e Regimento Geral**. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2018-2022**. Anexo 1. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2013_1434406094.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Regimento da Faculdade de Filosofia**. Salvador: Editora Beneditina, 1967.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Regimento do Instituto de Letras**. Boletim Informativo: Parte II. Ano XIV, nº 162. [Salvador]: Imprensa Universitária, 1970.

UNIVERSIDADE DA BAHIA. **Arquivos da Universidade da Bahia: Faculdade de Filosofia (1942-1952)**. V. 1. Salvador: S.C.I.B./Reitoria, 1952.

Título em inglês:

MEMORIES OF THE INSTITUTE OF LETTES OF THE FEDERAL
UNIVERSITY OF BAHIA: PATHS, CHALLENGES AND RESULTS OF
RESEARCH